

EXISTE RELAÇÃO ENTRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - PBF E O ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – IFDM NOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO DA GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL – MESOMERCOSUL?

GABRIELA PIMENTEL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

LORIMAR FRANCISCO MUNARETTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

JULIO ARAUJO CARNEIRO DA CUNHA

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO UNINOVE

EXISTE RELAÇÃO ENTRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - PBF E O ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – IFDM NOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO DA GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL – MESOMERCOSUL?

1. INTRODUÇÃO

A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul denominada de Mesomercosul, surgiu pela junção de 396 (trezentos e noventa e seis) municípios do sudoeste do estado do Paraná, do oeste e centro oeste do estado de Santa Catarina e por municípios do norte e noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

A Mesomercosul apresenta uma extensão territorial de 139 mil quilômetros quadrados e é formada por municípios com características sócio culturais semelhantes.

O surgimento da Mesomercosul decorreu em função do desenvolvimento de ações que reforcem o processo de cooperação, materializando esses esforços em uma ação de desenvolvimento integrado e sustentável, pela mobilização do potencial de desenvolvimento endógeno e objetivando a redução das desigualdades econômicas, sociais e regionais (MESORREGIÃO, 2016).

A Mesomercosul integra o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que foi institucionalizado pelo Decreto nº 6.047/2007. Entre os seus principais objetivos, está em, contribuir com a melhoria da qualidade de vida de sua população com base em um modelo de gestão compartilhada para o desenvolvimento, no fortalecimento da base socioeconômica local e mesorregional com base em ações para a inclusão social, para o estímulo à participação e à organização social, e à capacitação dos agentes envolvidos no processo de desenvolvimento com sustentabilidade ambiental, isto é, com manejo racional dos recursos naturais.

Apesar de características históricas e culturais similares a Mesomercosul apresenta uma grande problemática em relação à disparidade socioeconômica, entre os municípios que a compõe. Cargnin (2014), explica que os municípios da Mesomercosul apresentam grande dependência econômica das atividades rurais e de agroindústrias, que se somavam a indicadores sociais preocupantes.

Destarte, a transferência do benefício financeiro procura garantir a população o acesso aos direitos sociais básicos de saúde, alimentação, educação e assistência social. (DINIZ; 2016).

O Programa Bolsa Família – PBF surgiu do conjunto de ações propostas pelo Programa Fome Zero e pela ideia de promover a transferência de renda para população mais pobre, por meio de políticas públicas e programas sociais, impactando diretamente na economia (...). (DINIZ, 2016).

É condição para o recebimento do benefício do PBF, que todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos dos beneficiários devam estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75% (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2019).

O IFDM visa o acompanhamento das políticas específicas e suas efetividades em determinados municípios. Por ter um recorte municipal, os indicadores permitem acompanhar, o desenvolvimento local por meio das variáveis: Emprego e Renda, Saúde e Educação (MARTINI, 2010)

Nesta perspectiva o estudo teve por objetivo verificar a **relação do PBF com o IFDM, relativo à educação dos municípios que integram a mesomercosul**. Em termos específicos o estudo visa; i) apresentar os municípios congregados por estado com o nº de beneficiários

no PBF; ii) descrever os municípios, com os maiores e menores índices de IFDM, relativos a educação; iii) demonstrar o grau de associação entre do PBF e IFDM relativo a educação; iv) ranquear os municípios com maior e menor número de famílias com dependência no PBF e no IFDM.

O estudo, além da introdução, no segundo capítulo apresenta à revisão teórica, no terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados no estudo, no quarto capítulo apresentam-se os resultados e por fim as conclusões e as bibliografias utilizadas no estudo.

2.REVISÃO TEÓRICA

A revisão teórica do estudo inicia descrevendo as mesorregiões no Brasil, na segunda seção apresenta-se a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, (Mesomercosul) na sequência descreve-se o Programa Bolsa Família (PBF) com suas origens e finalidades respectivamente e por fim o Índice FIRJAM – IFDM.

2.1 Mesorregiões no Brasil

Na década de 90, percebia-se a necessidade de uma divisão mais precisa para a intervenção das ações do desenvolvimento regional. Nesse sentido ocorreram debates a cerca da integração nacional tendo como pano de fundo as desigualdades territoriais existentes. A partir da problemática foi proposto um posicionamento do estado que abordasse da distinção entre a pobreza e a riqueza, o objetivo de políticas governamentais e propunha discutir um meio que privilegiasse a recuperação dos territórios inseridos no processo de desenvolvimento (CARGNIN, 2014).

A intervenção proposta se deu com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que serviu de base para a identificação dos territórios priorizados, com a utilização dos critérios de elegibilidade entre os quais, o rendimento mensal por habitante e a taxa geométrica de variação dos Produtos Internos Brutos (PIB) municipais por habitante.

Segundo o Ministério da Integração Nacional, os objetivos específicos do PNDR são:

I- Dotar as regiões das condições necessárias - infraestrutura, crédito, tecnologia etc. - ao aproveitamento de oportunidades econômico-produtivas promissoras para seu desenvolvimento; II- Promover a inserção social produtiva da população, a capacitação dos recursos humanos e a melhoria da qualidade da vida em todas as regiões; III- Fortalecer as organizações sócio produtivas regionais, com a ampliação da participação social e estímulo a práticas políticas de construção de planos e programas sub-regionais de desenvolvimento; IV- Estimular a exploração das potencialidades sub-regionais que advêm da magnífica diversidade socioeconômica, ambiental e cultural do país.

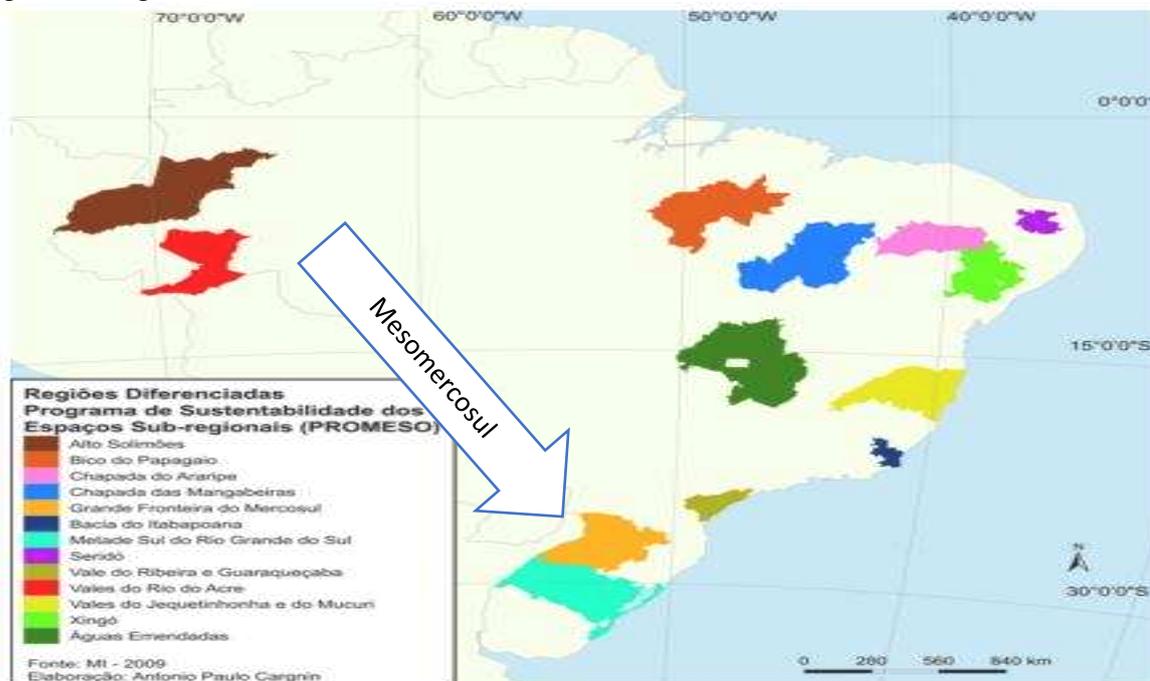
Ao analisar esses indicadores por microrregiões geográficas, com exceção da região norte, que apresenta municípios com grandes dimensões territoriais, obteve-se como resultado uma classificação das microrregiões ou municípios em quatro categorias regionais: de alta renda, dinâmicas, estagnadas e de baixa renda.

Em escala sub-regional a PNDR atua pelo Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais, fazendo uso do recorte territorial das mesorregiões diferenciadas e sub-regiões prioritárias no caso do semiárido. Assim foram reconhecidas 13 (treze) mesorregiões diferenciadas no Brasil.

A figura 1 apresenta as 13 (treze) mesorregiões diferenciadas estabelecidas pela PNDR, que são: Alto Solimões, Bico do Papagaio, Chapada do Araripe, Chapada das

Mangabeiras, Grande Fronteira do MERCOSUL (Mesomercosul), Bacia do Itabapoana, Metade Sul do Rio Grande do Sul, Seridó, Vales do Ribeira e Guaraqueçaba, Vale do Rio do Acre, Vales do Jequetinhonha e do Mucuri, Xingó e Águas Emendadas.

Figura 1: Regiões diferenciadas – PNDR



Fonte: Adaptado de CARGNIN A. P. Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Repercussões no Rio Grande do Sul. Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 19-35, jan./abr. 2014.

Das treze regiões diferenciadas apresentadas por meio da figura 1, destacamos a Mesomercosul que é formada por 396 (trezentos e noventa e seis) municípios dos estados do sudoeste do Paraná, do oeste e centro oeste do estado de Santa Catarina e por municípios do norte e noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

2.2 Mesomercosul

A Mesomercosul apresenta uma população equivalente a três milhões e novecentos mil habitantes (IBGE, 2010). Uma das identidades mesorregionais é a inserção nas Bacias Hidrográficas do Rio Uruguai, que compõe os municípios gaúchos e catarinenses e a do Rio Paraná os municípios do Paraná. Se estruturam em um histórico de semelhanças físicas e socioeconômicas que reforçam suas identidades históricas e culturais.

A Mesomercosul surgiu a partir de um Plano de Desenvolvimento Sustentável da área da Bacia do Rio Uruguai, apresentado em 1997 ao Ministério do Planejamento e do Orçamento, que tinha como elemento estruturador a bacia hidrográfica que abrange os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (MESOMERCOSUL, 2016).

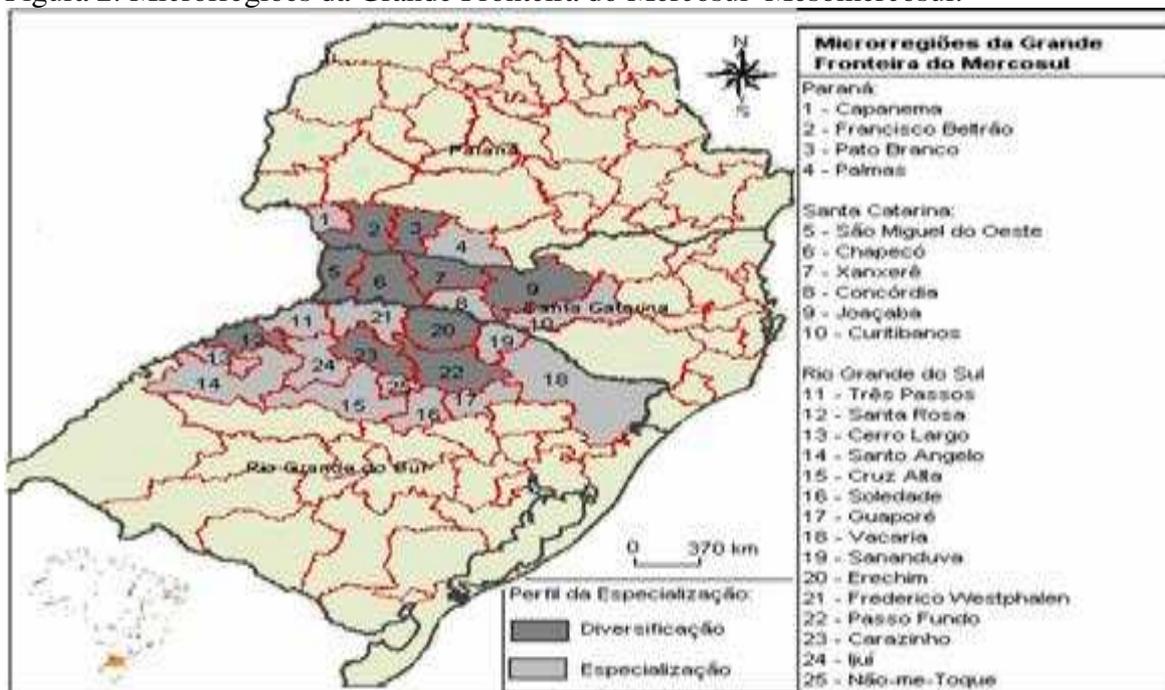
No Rio Grande do Sul, são 223 (duzentos e vinte e três) os municípios que integram a Mesomercosul que estão ligados aos seguintes Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES, Alto Jacuí, Produção, Missões, Fronteira Noroeste, Médio Alto Uruguai, Várzea, Celeiro, Alto da Serra do Botucaraí.

No estado de Santa Catarina os 131 (cento e trinta e um) municípios que integram a Mesomercosul, estão ligados a 9 (nove) associações de municípios: AMAI, AMARP, AMAUC, AMOESC, AMEIROS, AMOC, AMNOROESTE, AMOSC e AMPLASC e no

estado no Paraná os 42 (quarenta e dois) municípios que fazem parte da Mesomercosul, integram a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - AMOSP.

A figura 2 apresenta as microrregiões que integram a Mesomercosul e seu perfil da especialização produtiva, com 10 (dez) microrregiões com perfil de diversificação econômica e 14 (quatorze) microrregiões com perfil de especialização.

Figura 2: Microrregiões da Grande Fronteira do Mercosul–Mesomercosul.



Fonte: Lima, F. J.; Eberhard, C. P.H. Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul: Perfil locacional do desenvolvimento regional. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, p. 134-151, maio/ago. 2010.

Lima et. al. (2010), explica que as microrregiões com fortes disparidades internas e com baixo adensamento de população apresentam maior grau de especialização. Explicita que, ao longo do tempo com o aumento dos contingentes populacionais houve uma ampliação na base produtiva e estimulada na diversificação das atividades. Considerando as microrregiões apresentadas, em seu conjunto, 57% são altamente especializadas.

Analisando as microrregiões regionalmente, o Estado de Santa Catarina apresenta um perfil mais diversificado e o Rio Grande do Sul um perfil mais especializado, o que significa que há uma distribuição mais justa do emprego formal entre os três setores econômicos nas microrregiões catarinenses.

A Mesomercosul demonstra problemas econômicos e sociais, bem como também um grande potencial de alavancagem do desenvolvimento a partir de um capital social e natural (MESOMERCOSUL, 2016).

2.3 - Programa Bolsa Família (PBF)

2.3.1-Origens do Programa Bolsa Família

A política social no Brasil foi instituída como direito a partir da Constituição Federal Brasileira (CFB) de 1988 que no art. 5º em seu primeiro capítulo assegura que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]

O artigo 203, da CFB, estabelece que a assistência social seja prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Já o art. 204 da CFB estabelece sobre as ações governamentais na área da assistência social que serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

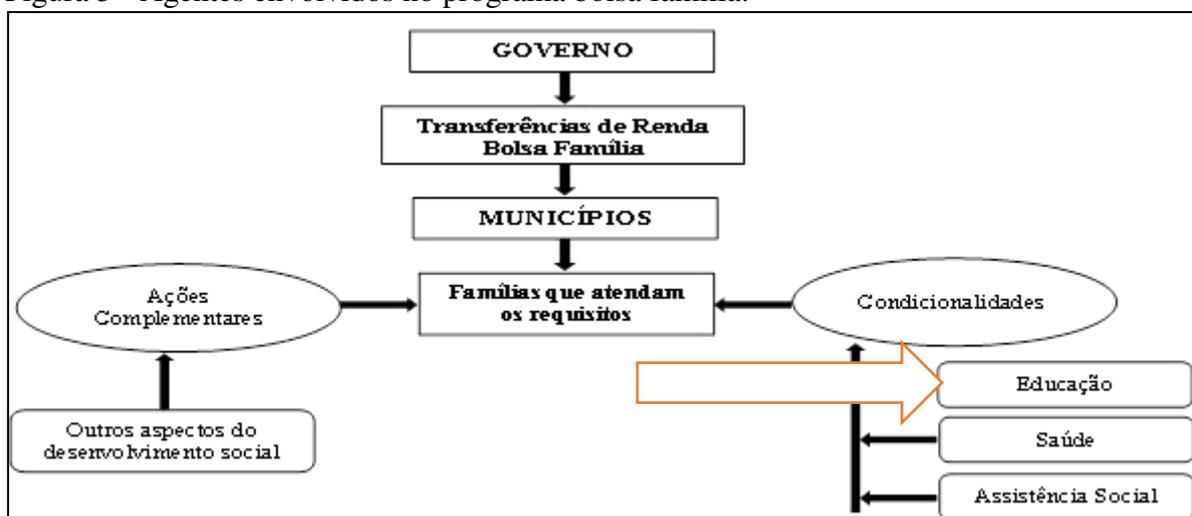
Considerando o previsto na CFB, por meio da Lei Federal nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, foi criado o PBF, que tem o objetivo de proporcionar em nível nacional a transferência de renda condicionada a famílias pobres e extremamente pobres.

Em 2010, o PBF estava implementado em 5.565 municípios brasileiros e no Distrito Federal desde o ano de 2006, tendo orçamento em torno de um bilhão de reais mensais atendendo a mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional (SILVA, 2010).

2.4.2 Eixos e condicionalidades do PBF

Os eixos do PBF estão representados por meio da figura 3, que demonstra os agentes, os procedimentos e condicionalidades para receber o benefício do PBF.

Figura 3 - Agentes envolvidos no programa bolsa família.



Fonte: Adaptado de Pinto et al. (2010). O programa bolsa família de 2004 a 2010: efeitos do desenvolvimento regional no Brasil e em suas regiões. Qualit@s Revista Eletrônica. Vol.17. n° 1.

Os recursos são repassados pelo governo federal as famílias residentes nos municípios, que atendam aos requisitos exigidos para receber o benefício do PBF. Por outro lado as famílias beneficiárias devem atender às exigências (condicionalidades) estabelecidas pelo programa. O quadro 1, apresenta as condicionalidades exigidas pelas famílias beneficiárias.

O quadro 1 - Área de concentração, condicionalidades/público alvo e previsão legal - PBF.

Área de Concentração	Condicionalidades/ Público Alvo	Previsão Legal
Educação	Crianças de 06 a 15 anos de idade devem ter frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os adolescentes de 16 e 17 anos devem ter frequência mínima de 75%.	Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e Portaria nº 251, de 12 de dezembro de 2012.
Saúde	As gestantes e nutrizes devem comparecer às consultas de pré-natal a assistência ao puerpério. Já as crianças menores de 07 anos de idade deverão cumprir o calendário de vacinação e realizar o acompanhamento do seu crescimento e desenvolvimento.	Lei nº 10.836 de 09 de Janeiro de 2004; Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e Portaria nº 251, de 12 de dezembro de 2012.
Assistência Social	As crianças e adolescentes de até 15 anos de idade, em risco ou retiradas do trabalho infantil, exige-se a frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.	Portaria MDS nº 666, de 28 de dezembro de 2005; Portaria nº 251, de 12 de dezembro de 2012.

Fonte: Adaptado de Banco Mundial. MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Bolsa Família (2019)

O não cumprimento das condicionalidades resulta em advertência no primeiro registro de descumprimento e a partir da segunda ocorrência de descumprimento, a família fica sujeita às seguintes sanções:

I- Bloqueio do benefício por um mês, no segundo registro de descumprimento; II- Suspensão do benefício por dois meses a partir do terceiro registro de descumprimento, e, reiteradamente, a partir da ocorrência de novos efeitos no benefício por descumprimento; III- Cancelamento do benefício somente após registro no Sistema de Condicionalidades - SICON de que a família foi inserida em serviço sócio assistencial de acompanhamento familiar do município e, cumulativamente.

As famílias que podem participar do programa são todas as famílias com renda por pessoa de até R\$89,00 mensais por pessoa e famílias com renda por pessoa entre R\$ 89,01 até R\$170,00 mensais, desde que tenham gestantes (mães que amamentam) e também em sua composição crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. (MDS, 2019)

O valor básico do benefício é de R\$85,00, entretanto os benefícios variam. As famílias recebem um adicional de R\$35,00 a cada criança na família (até cinco crianças) de 0 a 15 anos, ou gestante, ou Nutriz (alimentação de bebês até 6 meses) (MDS; 2015).

2.3 Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM

O Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM) foi criado no ano de 2008, com o objetivo de verificar o desenvolvimento socioeconômico por meio de pesquisas a fins de comparar resultados como Emprego e Renda, Saúde e educação. O quadro 2 apresenta as variáveis que formam o índice FIRJAM.

Quadro 2: Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM)

IFDM		
Emprego e Renda	Educação	Saúde
-Geração de emprego formal -Absorção da mão de obra local -Geração de Renda formal -Salários médios do emprego formal -Desigualdade	-Matrículas na educação infantil -Abandono no ensino fundamental -Distorção idade-série no ensino fundamental -Docentes com ensino superior no ensino fundamental -Média de horas aula diária no ensino fundamental -Resultado do IDEB no ensino fundamental	-Número de consultas pré-natal -Óbitos por causas mal-definidas -Óbitos infantis por causas evitáveis -Internação sensível à atenção básica

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2019)

O índice varia de intervalos entre 0 e 1, quanto mais perto de 1 (um) maior é o desenvolvimento da região. A avaliação dos municípios é realizada por meio da estratificação de classes de desenvolvimento entre os quais: desenvolvimento baixo que varia de (0 a 0,4), regular de (0,4 a 0,6), moderado de (0,6 a 0,8) e alto de (0,8 a 1) (SANTOS et al., 2012).

Quadro 3: Índice de desenvolvimento com as classes e variação dos índices

Classes de desenvolvimento	Variação do índice
Alto desenvolvimento	Resultados superiores a 0,8 ponto
Desenvolvimento moderado	Resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8 ponto
Desenvolvimento regular:	Resultados compreendidos entre 0,4 e 0,6 ponto.
Baixo desenvolvimento:	Resultados inferiores a 0,4 pontos.

Fonte: FIRJAN (2019)

Os valores dos índices são determinados pelas perspectivas emprego e renda, educação e saúde. A partir dos cálculos das variáveis (emprego e renda, educação e saúde) é determinado o índice geral do município. O estudo foi realizado pela análise dos indicadores FIRJAM relativos à perspectiva educação.

3. METODOLOGIA

O estudo possui abordagem metodológica quantitativa. Para Richardson (1999, p.70), a abordagem quantitativa se caracteriza pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas de estatística ‘...’.

Quanto aos objetivos a pesquisa se caracteriza como tipo descritiva. De acordo com Gil (1999), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Quanto aos meios de investigação, a pesquisa é do tipo documental. Para Silva e Grigolo (2002), a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada.

Por meio de pesquisa junto aos sites do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Integração (MI), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), portal transparência do Governo Federal, Portal do Firjan foram coletados os dados relativos, população, pessoas beneficiárias e famílias dependentes do PBF, IFDM relativo a educação, e valor das transferências de recursos do PBF, em relação aos 396 (trezentos e noventa e seis) municípios que integram a Mesomercosul.

Foram utilizados os dados relativos aos meses de dezembro de 2015 e dezembro de 2018 em relação a quantidade de dependentes do PBF e os índices do IFDM de 2015 e 2016. Os dados foram analisados por meio das técnicas da estatística descritiva, com a determinação da frequência média, medidas de correlação de *Pearson* etc., por meio do uso do

PASW/Statistical (PredictiveAnalytics Software)®. Os resultados serão apresentados por meio de quadros e tabelas com os comentários pertinentes.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados do estudo estão organizados pelas seguintes seções. Inicia com a apresentação do número de municípios, a população e beneficiárias no PBF, a segunda seção apresenta o índice FIRJAM - IFDM na educação, a terceira seção descreve a relação entre os beneficiários do PBF e o IFDM – Educação e na quarta seção apresenta-se o Ranking dos 25 municípios com menor e maior dependência do PBF e ranking no IFDM - Educação.

4.1-PBF na Mesomercosul

A tabela 1 apresenta a quantidade de municípios de cada estado, a população, o e o n° de beneficiários do PBF, a frequência e a variação percentual dos municípios que integram a Mesomercosul relativos nos períodos de dezembro de 2015 e dezembro de 2018.

Tabela 1 -Número de municípios que integram a mesorregião de cada unidade da federação a população e Beneficiários do PBF 12/2015 e 12/2018, com as frequências.

Descrição	n° de municípios	População IBGE (2010)	Beneficiários PBF (12/2015)	Freq. %	Beneficiários PBF (12/2018)	Freq. %	Variação
Municípios Mesorregião do PR	42	587.505	87.231	14,85%	65.138	11,09%	-3,76%
Municípios Mesorregião de SC	131	1.326.152	116.100	8,75%	97.309	7,34%	-1,42%
Municípios Mesorregião do RS	223	1.986.683	255.021	12,84%	201.574	10,15%	-2,69%
Mesorregião (PR,SC e RS)	396	3.900.340	458.352	11,75%	364.021	9,33%	-2,42%
Estado do PR	399	10.439.601	1.168.626	11,19%	1.207.842	11,57%	0,38%
Estado de SC	294	6.249.682	362.541	5,80%	395.850	6,33%	0,53%
Estado do RS	497	10.695.532	1.144.289	10,70%	1.103.415	10,32%	-0,38%
Brasil	5570	190.732.694	43.204.052	22,65%	43.842.568	22,99%	0,33%

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados demonstram que no mês de dezembro de 2018 em relação ao mês de dezembro de 2015, 94.331 (noventa e quatro mil trezentos e trinta e um) beneficiários dos PBF deixaram de obter o benefício o que representa redução de 2,42% da população da mesomercosul.

Os resultados demonstram que no período de dezembro de 2015 até dezembro de 2018, em termos percentuais, os municípios da mesorregião do Estado do Paraná reduziram em 3,76%, seguido do RS de 2,69% e SC em 1,42%., os dependentes do PBF.

Os municípios da mesorregião do estado do Paraná são os que apresentam maior dependência de beneficiários em termos percentuais com 11,09% da população em comparação ao estado do RS que representa 10,15% e SC com 7,34%.

No geral denota-se que de dezembro de 2015 em comparação a dezembro de 2018, o estado do PR apresentou acréscimo de 0,38%, SC de 0,53% e redução de 0,38% no RS, no número de beneficiários do PBF em relação a população de 2010. Já no Brasil o acréscimo foi de 0,33% o que representa um aumento de 638.516 beneficiários do programa.

4.2 –Índices Firjan – Educação

A tabela 3 apresenta a estratificação das médias do IFDM, de dezembro de 2015 e dezembro de 2016, relativo à variável educação em relação à população dos municípios que integram a mesorregião, dos estados da região sul e do Brasil.

Tabela 3 – Média do IFDM por mesorregião e por estado e variação.

Descrição	IFDM - Educação	IFDM - Educação	Variação
	2015	2016	
Municípios Mesorregião do PR	0,8103	0,82612	0,01582
Municípios Mesorregião de SC	0,8374	0,83715	- 0,00025
Municípios Mesorregião do RS	0,8132	0,81925	0,00605
Mesorregião (PR,SC e RS)	0,8180	0,83350	0,01550
Estado do PR	0,7991	0,81320	0,01410
Estado de SC	0,8265	0,83740	0,01090
Estado do RS	0,8090	0,81030	0,00130
Brasil	0,7644	0,76890	0,00450

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados demonstram que nos anos de 2015 e 2016 os municípios dos três estados que compõem a Mesorregião apresentaram relação à educação, índices de desenvolvimento considerados altos pelo IFDM (0,8 a 1,00).

Ao comparar os índices do conjunto dos municípios da mesorregião do ano de 2015 em relação ao ano de 2016, denota-se crescimento de 0,01550 do índice de educação segundo o IFDM. Os municípios da mesorregião de SC apresentaram decréscimo nos índices de educação de 2016 em relação a 2015. Os municípios da mesorregião do estado do PR, acréscimo de 0,01582 e os municípios do estado do RS acréscimo 0,00605.

Tabela 4 – Número de municípios e classificação de desenvolvimento em educação nos anos de 2015 e dos anos de 2016 em relação ao IFDM.

Municípios da Mesorregião	Classificação de desenvolvimento	Ano de 2015	Ano de 2016
Paraná	BAIXO desenvolvimento	-	-
	Desenvolvimento REGULAR	-	-
	Desenvolvimento MODERADO	19	12
	ALTO desenvolvimento	23	30
Santa Catarina	BAIXO desenvolvimento	-	-
	Desenvolvimento REGULAR	-	-
	Desenvolvimento MODERADO	35	26
	ALTO desenvolvimento	96	105
Rio Grande do Sul	BAIXO desenvolvimento	-	-
	Desenvolvimento REGULAR	1	1
	Desenvolvimento MODERADO	60	67
	ALTO desenvolvimento	162	155

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados indicam que, no estado do PR houve uma redução de 19 municípios com IFDM em educação, classificados como moderado desenvolvimento no ano de 2015 para 12 municípios no ano de 2016 e o número de municípios com índices de alto desenvolvimento cresceu de 23 para 30 municípios.

No estado de SC no ano de 2015,35 municípios apresentavam desenvolvimento moderado, com redução para 26 municípios no ano de 2016 e acréscimo de 96 municípios do

ano de 2015 para 105 municípios do ano de 2016, com altos índices de desenvolvimento em educação.

No RS, no ano de 2015, 60 municípios apresentavam desenvolvimento moderado em educação, com acréscimo para 67 municípios para o ano de 2016. No ano de 2015 162 municípios da mesorregião do Estado do RS, apresentavam alto desenvolvimento no IFDM, com redução para 155 municípios no ano de 2016.

Nenhum dos municípios dos Estados do Paraná e Santa Catarina dos que integram a mesorregião apresentou índices de baixo e regular desenvolvimento. No RS somente o município de Muliterno, com aproximadamente 1899 habitantes (IBGE/2016), apresentou índice do IFDM de desenvolvimento Regular.

4.3-Relação entre os beneficiários do PBF e o IFDM – Educação

A tabela 5 apresenta os coeficientes de correlação e nível de significância, do IFDM relativo a educação dos municípios por mesorregião e de todos os municípios da mesorregião em relação ao número de beneficiários do PBF.

Tabela 5: IFDM dos municípios das mesorregiões por estado e medidas estatísticas de correlação e significância com beneficiários do PBF.

Variáveis/IFDM	Medidas estatísticas	Beneficiários do PBF
Mesorregião PR/IFDM/Educação	Coeficiente de Correlação	-0,047
	Nível de significância	0,766
Mesorregião SC/IFDM/Educação	Coeficiente de Correlação	-0,093
	Nível de significância	0,291
Mesorregião RS/IFDM/Educação	Coeficiente de Correlação	0,013
	Nível de significância	0,847
Mesorregião/IFDM/Educação	Coeficiente de Correlação	-0,156
	Nível de significância	0,007

Fonte: Dados da pesquisa - Valores de nível de significância $\leq 0,05$.

Os resultados demonstram a existência de fraca correlação negativa entre a quantidade de beneficiários do PBF dos municípios das mesorregiões do PR e SC e fraca correlação positiva dos municípios da mesorregião do RS com os valores dos IFDM relativo a educação. Os resultados indicam que não se evidencia relação do PBF no IFDM relativo a perspectiva educação nos municípios de mesorregião.

Os achados de DINIZ (2016), apresentam resultados diferentes ao estudo no que se refere relação aos repasses do PBF com o IFDM relativo a perspectiva educação em municípios de maior população, porém, resultados semelhantes ao estudo foram encontrados em municípios com menor população, ao qual apresentam correlações fracas e negativas.

Os estudos de Santos (2008), sobre o efeito do gasto público sobre o PIB dos municípios cearenses, indicam que os índices de desenvolvimento são sensíveis aos investimentos em capital humano, encontrando maior impacto quando é direcionado para educação.

A tabela 6 apresenta a relação dos 25 (vinte e cinco) municípios da mesomercosul, ranqueados com maior e menor quantidade de dependentes do PBF e os valores de IFDM relativos à perspectiva educação.

4.4 –Ranking dos 25 municípios com menor a maior dependência do PBF e ranking no IFDM - Educação.

Tabela 6 - Municípios da mesomercosul ranqueados com maior e menor dependência do PBF e IFDM na área da educação.

ESTADO	MUNICÍPIO	População 2010	Famílias Beneficiadas PBF (12/2018)	Pessoas Beneficiadas PBF (12/2018)	%	Ranking PBF	IFDM Educação	Ranking IFDM	ESTADO	MUNICÍPIO	População 2010	Famílias Beneficiadas PBF (12/2018)	Pessoas Beneficiadas PBF (12/2018)	%	Ranking PBF	IFDM Educação	Ranking IFDM
SC	ENTRE RIOS	3.018	490	1666	55,20%	1º	0,7407	366º	SC	LACERDÓPOLIS	2.197	4	13	0,58%	396º	0,8677	121º
RS	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	2.307	300	1110	48,11%	2º	0,7254	376º	RS	NOVA CANDELARIA	2.751	6	18	0,65%	395º	0,8588	148º
RS	REDENTORA	10.222	1227	4540	44,41%	3º	0,6492	391º	SC	CUNHATAÍ	1.882	5	17	0,90%	394º	0,8630	132º
SC	IPUAÇÚ	6.802	744	2678	39,38%	4º	0,7354	370º	RS	TUPARENDI	8.557	30	84	0,98%	393º	0,8671	123º
RS	SÃO VALERIO DO SUL	2.647	288	1037	39,17%	5º	0,4958	39º	RS	NOVA BOA VISTA	1.960	7	20	1,04%	392º	0,9033	45º
RS	CORONEL BICACO	7.748	955	2865	36,98%	6º	0,7936	298º	SC	IOMERE	2.743	10	31	1,13%	391º	0,9074	39º
RS	SÃO NICOLAU	5.727	754	2111	36,86%	7º	0,7572	348º	RS	MARIANO MORO	2.210	10	29	1,31%	390º	0,8167	246º
RS	TRÊS ARROIOS	2.855	345	1035	36,25%	8º	0,8702	114º	SC	SÃO JOÃO DO OESTE	6.035	26	81	1,34%	389º	0,8929	62º
RS	CAMPO NOVO	5.459	605	1815	33,25%	9º	0,8413	186º	RS	BARRA FUNDA	2.367	11	36	1,53%	388º	0,9350	15º
RS	JACUIZINHO	2.507	253	784	31,28%	10º	0,7570	350º	RS	IPIRANGA DO SUL	1.944	10	30	1,54%	387º	0,8192	239º
RS	CRISTAL DO SUL	2.826	291	873	30,89%	11º	0,8248	231º	RS	IBIRUBÁ	19.312	110	308	1,59%	386º	0,8986	52º
SC	ABELARDO LUZ	17.100	1518	5161	30,18%	12º	0,7698	331º	RS	PAULO BENTO	2.196	12	37	1,69%	385º	0,7975	291º
RS	INHACORA	2.267	227	681	30,04%	13º	0,7847	311º	SC	LUZERNA	5.599	34	99	1,76%	384º	0,9068	40º
RS	BOM PROGRESSO	2.328	228	684	29,38%	14º	0,8280	224º	SC	PERITIBA	2.988	18	54	1,81%	383º	0,8773	93º
SC	CALMON	3.380	257	977	28,89%	15º	0,7699	330º	RS	SÃO JOSÉ DO INHACORA	2.200	14	41	1,85%	382º	0,8994	50º
RS	GRAMADO DOS LOUREIROS	2.269	207	642	28,28%	16º	0,7201	381º	SC	ERVAL VELHO	4.353	30	90	2,07%	381º	0,8728	104º
RS	FONTOURA XAVIER	10.712	916	2931	27,36%	17º	0,7345	372º	SC	GUARACIABA	10.498	71	227	2,16%	380º	0,8760	98º
RS	LAJEADO DO BUGRE	2.487	214	663	26,67%	18º	0,8097	267º	SC	ITAPIRANGA	15.430	108	335	2,17%	379º	0,9598	8º
RS	SÃO JOSÉ DAS MISSÕES	2.720	238	714	26,25%	19º	0,8571	152º	RS	NOVA ALVORADA	3.177	22	70	2,22%	378º	0,8433	179º
SC	BOM JESUS	2.526	200	660	26,13%	20º	0,8150	252º	SC	ARABUTÁ	4.193	30	93	2,22%	377º	0,8716	111º
RS	SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES	11.210	1002	2906	25,92%	21º	0,7432	362º	SC	VIDEIRA	47.204	343	1063	2,25%	376º	0,8817	86º
RS	DEZESSEIS DE NOVEMBRO	2.866	255	740	25,80%	22º	0,8269	229º	SC	ALTO BELA VISTA	2.005	16	48	2,39%	375º	0,8368	201º
RS	LAGOÃO	6.185	494	1581	25,56%	23º	0,7064	385º	RS	DAVID CANABARRO	4.683	38	118	2,52%	374º	0,8693	117º
RS	ENGENHO VELHO	1.530	109	382	24,93%	24º	0,6943	387º	RS	VILA LANGARO	2.152	17	54	2,53%	373º	0,7378	368º
RS	SALTO DO JACUI	11.880	936	2902	24,42%	25º	0,7222	380º	RS	SALVADOR DAS MISSÕES	2.669	23	69	2,59%	372º	0,9451	12º

Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar os 25 municípios com maior dependência da população em relação ao PBF, denota-se que os percentuais da população variam de 24,42% até 49,52% e no de menor dependência de 0,58% até 2,59% da população.

O município de Entre Rios em SC, Benjamin Constant e Redentora no RS, são os campeões de beneficiários do PBF entre os municípios que integram a Mesomercosul. No mês de dezembro de 2018 havia 490 famílias beneficiárias do PBF no município de Entre Rios, representando 45,20% da sua população de 2010, 300 famílias beneficiárias no município de Benjamin Constant e 1227 famílias no município de Redentora, representando respectivamente 48,11 e 44,41% da população.

No que se refere ao IFDM relativo a educação, denota-se que os 25 municípios com maior dependência de PBF apresentam posições menores no ranking no IFDM, que variam de 114º até 394º posição. Já os municípios que apresentam menor dependência de PBF, possuem as melhores posições no Ranking do IFDM relativo a educação com variação de 8º a 291º posição.

O município de Aratiba no RS, com índice de 0,9985 é o que apresenta o maior IFDM em educação dos 396 municípios da mesorregião. O município possui 174 pessoas beneficiadas do PBF (dezembro de 2018) de uma população (IBGE; 2010) de 6621 habitantes o que representa 2,65% da população. Por outro lado o município de São Valério do Sul no RS, com índice de 0,4958 é o que apresenta a pior posição no IFDM, na área da educação dos 396 municípios da mesorregião. O município de São Valério do Sul, com 1037 famílias no PBF (dezembro de 2018) de uma população (IBGE, 2010) de 2756, o que vem a representar 39,17% da população.

Os resultados indicam que os municípios com maior dependência do PBF apresentam menores valores de IFDM em relação à educação.

5. Conclusões

O estudo teve por objetivo, verificar a relação do PBF com o IFDM, relativo a perspectiva educação dos municípios que integram a Mesorregião do Mercosul.

Os resultados demonstram que os municípios de cada Estado, que integram a Mesomercosul, apresentam desigualdades sob o aspecto socioeconômico em relação aos dependentes do Programa Bolsa Família (PBF). A partir dos dados coletados os resultados demonstram que no mês de dezembro de 2018, a dependência de PBF varia de 0,58% a 55,20% da população dos municípios que integram a Mesomercosul.

Isso demonstra expressiva desigualdade socioeconômica entre os municípios que integram a mesorregião.

Denota-se maior dependência do PBF, de famílias dos municípios da mesorregião do PR representando no ano de 2015, 14,85%, e no ano de 2018 com 11,09% da população dos municípios, seguindo aos municípios da mesorregião do RS, com 12,84% em 2015 e 10,15% em 2018 e dos municípios da mesorregião de SC, com 8,75% em 2015 e 7,34% em 2018.

Os resultados indicam menor dependência de programas do PBF dos municípios da mesorregião do estado de Santa Catarina com 7,34%, da população.

Quanto ao IFDM, relativo aos anos de 2015 e 2016 dos municípios da mesorregião mercosul, apresentam índices caracterizados com de moderado a alto desenvolvimento no quesito educação, somente o município de São Valério do Sul, apresentou índice caracterizado como de desenvolvimento regular.

Os resultados do estudo indicam a existência de fraca correlação negativa entre a quantidade de beneficiários do PBF nos municípios das mesorregiões do PR e SC e fraca correlação positiva dos municípios do RS, com os valores do IFDM relativo a educação. O que indica não existir correlação dos recursos do PBF com o IFDM relativo à educação.

Ao analisar aleatoriamente os 25 municípios com maior dependência da população em relação ao PBF e 25 municípios com menor dependência do PBF em relação a população, evidencia-se que em termos percentuais a variação é de 24,42% até 49,52%, da população para os mais dependentes do PBF e com percentuais de 0,58% até 2,59% da população para os com menor dependência do PBF.

A aplicação e recursos por meio de políticas públicas no Brasil estão sendo realizadas prioritariamente por meio do encaminhamento de emendas constitucionais relacionadas a municípios, que muitas vezes não apresentam maior vulnerabilidade social. Ao adotar estas práticas não se está considerando as características e a abrangência das mesorregiões que foram definidas na década de 90 por meio do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). As mesorregiões não são mais objeto de análise para a aplicação de recursos e na adoção de políticas públicas de desenvolvimento.

Outros resultados podem ser obtidos por meio de análise das condicionalidades do PBF a ser apurado de forma qualitativa. Além do exposto o IFDM na perspectiva educação é formado por vários sub-índices e variáveis, assim não foi a intenção do estudo verificar quantidade de dependente do PBF que impactam na relação do IFDM.

Por fim, sugere-se como novos estudos analisar os dados socioeconômicos dos municípios que integram a mesomercosul e sua comparação com outras mesorregiões do Brasil. Também como novo estudo se propõe verificar qualitativamente o perfil socioeconômico dos municípios com maiores e menores IFDM, e maior e menor concentração de dependência do PBF.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, p. 292, 1988.

BRASIL. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em: 31 Maio de 2016.

BRASIL. Decreto Nº 6.135, de 26 de junho de 2007. “Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm. Acesso em: 31 Maio de 2016.

CARGNIN, A. P. “Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Repercussões no Rio Grande do Sul”. Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 19-35, janeiro, Abril. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mercator/v13n1/1676-8329-mercator-13-01-0019.pdf>. Acesso em 15/04/2016.

CASTRO, H.; WALTER, M.; SANTANA, C.; STEPANOU, M. “Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira”. In: Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, CEPPAC, Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200003. Acesso em 03 de Março de 2016.

CAVALCANTE, V. “Análise Crítica do Programa Bolsa Família: Vantagens e Desvantagens”. Fortaleza: UECE, UAB, 2010. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/60252145/ANALISE-CRITICA-DO-PROGRAMA-BOLSA-FAMILIA-VANTAGENS-E-DESVANTAGENS#scribd>. Acesso em 01 de Março de 2016.

CUNHA, R. “Transferência de Renda com condicionalidade: A experiência do Programa Bolsa Família”, In: concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, UNESCO, 2009.

- DEVARAJAN, Shantayanan. The composition of public expenditure and economic growth. *Journal of Monetary Economics*. V.37, abril 1996, p. 313-344. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304393296900392>>.
- DINIZ, Luciano. Avaliação de Programas Sociais: uma análise da relação do programa bolsa família e o desenvolvimento municipal. *Espacios*. Vol.37 nº30, 2016. p.11. Disponível em: <<https://www.revistaespacios.com/a16v37n30/16373011.html>>.
- Firjan, IFDM. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), 2018. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/>>.
- GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e estados-2010. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 16/04/2019
- LEMOS, L.T; RIBEIRO.M.V. “As estratégias de manutenção de das famílias durante o período de bloqueio do programa bolsa família devido descumprimento de condicionalidades.” Vitória: Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, 2012. Disponível em: http://www.catolicaes.edu.br/fotos/files/AS%20ESTRATEGIAS_DE_MANUTENCAO_DAS_FAMILIAS_DURANTE_O_PERIODO_DE_BLOQUEIO_DO_PROGRAMA_BOLSA_FAMILIA_DEVIDO_DESCUMPRIMENTO_DE_CONDICIONALIDADES.pdf. Acesso em: 24/05/2016.
- LIMA, F. J; EBERHARD, C. P.H; “Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul: Perfil Locacional do desenvolvimento Regional”. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, p. 134 - 151, maio/ago, 2010. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/download/1304/1528>. Acesso em 11/04/2016.
- MARTINI, C. P. Análise da distribuição dos recursos do programa bolsa família no Estado de Minas Gerais. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia – Programa de Pós Graduação em Economia. 2010.
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – “Cadastro Único.” Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico>. Acesso em 01 de Março de 2016.
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – “Bolsa Família.” Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>. Acesso em 01 de Março de 2016.
- MESORREGIÃO – “O que é Mesorregião”. Disponível em: <http://mesomercosul.org.br/mesoregiao.asp> . Acesso em 01/04/2016.
- Mesomercosul – “Mesorregião Grande Fronteira Mercosul”. Disponível em: <http://projetos.unijui.edu.br/cidadania/eventos/I_seminario_de_desenvolvimento/ApresentacaoInstitucionalMesomercosuleForum.pdf> Acesso em 10/04/2016.
- PINTO, N.G.M; CORONEL, D.A; BENDER, R. . “O programa bolsa família de 2004 a 2010: efeitos do desenvolvimento regional no Brasil e em suas regiões.” *Qualit@s Revista Eletrônica*. Vol.17. nº1, 2015.
- RICHARDSON, R.J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SANTOS, José. AVALIAÇÃO DO PERFIL DO EMPREGO URBANO NO ESTADO DO CEARÁ: 1990 – 2010. *RDE Revista de desenvolvimento econômico*. V 16, n. 29 (2014). Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/3253>>.
- SILVA, M. O. da S; “O Bolsa Família: problematizando os limites da focalização e dos impactos para redução da pobreza e da desigualdade no Brasil”. Maranhão, p.1-12, 2010.
- SILVA, M.B. de. GRIGOLO, T.M. Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II. Caderno Pedagógico. Florianópolis: UDESC, 2002.
- THOMÉ, D. “O bolsa família e a social-democracia”. Acesso em FGV de bolso. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.